

## Protocolo 32.123/2024

---

**De:** Filipe Martins

**Para:** SCM - Secretaria de Compras

**Data:** 22/03/2024 às 13:17:41

**Setores (CC):**

SGA - DEPE, SCM

**Setores envolvidos:**

SGA - DEPE, SCM, SCM - DOTE - PRG

### SCM - Pedido de esclarecimento de Edital de Licitação

---

**Entrada\*:**

Site

Saudações,

Respeitosamente, solicito ESCLARECIMENTOS sobre o PREGA?O ELETRO?NICO no 012/2024 – PMBC COMPRASGOV No 90016/2024, com OBJETO: REGISTRO DE PREC?OS DE SEGURANC?A HUMANA DESARMADA para os ITENS 1, 2 E 3 referente o item 6.13. QUALIFICAÇÃO TECNICA.

A LEI no 14.133/21, em seu Art. 67, instrui sobre a documentac?a?o relativa a? qualificac?a?o te?cnico-profissional e te?cnico-operacional conforme segue:

II - certido?es ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execuc?a?o de servic?os similares de complexidade tecnolo?gica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobat?rios emitidos na forma do § 3o do art. 88 desta Lei;

[..]

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

Empresas do Ramo de SEGURANÇA PRIVADA, faço constar VIGILANTES, SEGURANÇA HUMANA, SEGURANÇA PATRIMONIAL, VIGIA, são normatizados pela Lei no 7.102 de 1983; pelo Decreto no 89.056 de 1983; e pela Portaria no 18.045 de 2023 da Polí?cia Federal, destaco partes da portaria:

Art. 1o Disciplinar as atividades de seguranc?a privada, armada e DESARMADA, desenvolvidas por EMPRESAS ESPECIALIZADAS, por empresas que possuem servic?o orga?nico de seguranc?a e por vigilantes que atuam nas empresas especializadas e nas empresas que possuem servic?o orga?nico de seguranc?a, bem como regular a fiscalizac?a?o dos Planos de Seguranc?a dos estabelecimentos financeiros.

§ 1o As atividades de seguranc?a privada sa?o:

I - autorizadas, controladas e fiscalizadas pela Polícia Federal; e

II - complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.

[...]

Secção I

Da Vigilância Patrimonial Subsecção I

Dos Requisitos de Autorização

Art. 4º O exercício da atividade de **vigilância patrimonial dependerá de autorização prévia da Polícia Federal**, por meio de ato do coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos, publicado no Diário Oficial da União, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - possuir capital social integralizado mínimo de 100.000 (cem mil) Unidade Fiscal de Referência - UFIR;

II - provar que os sócios, administradores, diretores e gerentes da empresa de segurança privada não tenham condenação criminal registrada;

III - contratar, e manter sob contrato, o mínimo de quinze vigilantes, devidamente habilitados;

IV - comprovar a posse ou a propriedade de, no mínimo, um veículo comum, com sistema de comunicação ininterrupta com a sede da empresa em cada unidade da Federação em que estiver autorizada;

V - possuir instalações físicas adequadas, comprovadas mediante certificado de segurança, observando-se:

Não observamos no presente Edital a solicitação da AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL devidamente publicado no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Não constar este documento, faz apresentar empresas clandestinas e a não observância da LEI, além da concorrência DESLEAL, coloca em risco a integridade dos cidadãos que participam dos eventos.

Esta solicitação de esclarecimento, tem o intuito de receber informações sobre a não solicitação do referido documento e alertar a possibilidade da morosidade do processo em não constá-lo, devido a recursos, impugnações, ao comprometimento da segurança dos eventos, fiscalização dos órgãos competentes e a própria responsabilização da Administração Pública pelos atos e fatos.

Agradeço a atenção e aguardo ao cumprimento do prazo.

Respeitosamente,

Filipe Martins

**Protocolo 1- 32.123/2024**

**De:** SAMARONI B. - SCM

**Para:** SCM - DOTE - PRG - Pregoeiros - A/C Daniel C.

**Data:** 22/03/2024 às 17:23:05

Despacho

Ao Agente de Contratação responsável para análise dos requisitos de admissibilidade e julgamento da impugnação/esclarecimento apresentado nos termos do art.15, inciso III, alínea "a" do Decreto Municipal 11.210/2023.

—

Atenciosamente.

*Samaroni Benedet*  
*Secretário de Compras*  
*Matrícula 11.326*  
*Portaria nº 25.245/2018*

**De:** Daniel C. - SCM - DOTE - PRG

**Para:** Representante: Filipe Martins

**Data:** 25/03/2024 às 13:20:56

Prezado Filipe Martins,

Em que pese o serviço de vigilância ser regulamentado por normas específicas como a Lei Federal nº 7.102/83 e Portaria DG/PF nº 18.045/23, o objeto do Pregão em lide corresponde a prestação de serviços de segurança humana desarmada.

Sendo assim, cumpre salientar, que há entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no qual entende-se que o disposto no art. 10, § 4º, da Lei 7.102/83 aplica-se somente às empresas que, com objeto social diverso, prestam serviços de segurança e vigilância "ostensiva" à instituições financeiras e de transporte de valores.

Dessa forma, as empresas que prestam serviços de segurança física desarmada, não estão sujeitas às determinações da Lei nº 7.102 /83 e prescindem de autorização da Polícia Federal, conforme demonstram as seguintes decisões:

STJ - AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL: AgInt no REsp 1628347 RS 2016/0252255-4;

STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 1994329 CE 2022/0089775-4;

TJ-SC - Remessa Necessária Cível 3002128620178240040 Laguna 0300212-86.2017.8.24.0040;

STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 1391957 CE 0808644-66.2020.4.05.8100;

TJ-MG - Remessa Necessária 50041119820218130702;

TRF-5 - APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA: ApelRemNec 8112549120174058300;

TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA (REOMS): REOMS 10001254520164013000;

TRF-4 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AI 50275242920234040000;

TRT-10 – 11009020225100009;

TRF-2 - 17120720104025101 RJ 0001712-07.2010.4.02.5101.

—

Atenciosamente,

Daniel Cabette  
Agente de Contratação